

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	19. Nov. 1979	DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			



(Foto Anop)

Recebida calorosamente em Alfarelos, a primeiro-ministro presidiu ali a uma sessão de trabalho em que lhe foram propostas as carências sentidas pela população local

Primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo **Cuidar o Futuro**

Defesa da regionalização e apelo ao associativismo

• *Executivo tudo irá fazer para o aumento das pensões de invalidez e reforma*

A primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo defendeu ontem, em Arganil mais uma vez, a regionalização e apelou ao associativismo, no decorrer da sua intervenção, na Câmara Municipal de Arganil, em cujas instalações, durante a manhã, teve uma reunião de trabalho. Durante a sua visita a regiões do Baixo Mondego, no sábado, e a Arganil, no domingo, Maria de Lurdes Pintasilgo afirmaria que «o seu Executivo tudo irá fazer para que, antes de terminar o seu mandato, sejam melhoradas as pensões de invalidez e reforma e diminuídas as taxas de juros para aquisição de casa própria».

Mas para que a regionalização se possa vir a verificar importa, antes de mais, que se exila, segundo Lurdes Pintasilgo, aos deputados, «que tornem a Constituição da República coerente, designadamente através da elaboração de um plano sobre as regiões e legislando correctamente sobre esta matéria». A Assembleia da República seria, aliás, alvo das suas críticas pelo facto de não haver chegado a um «acordo quanto ao plano e legislação sobre a regionalização». Defenderia, por outro lado, «uma integração dos concelhos em agrupamentos».

A propósito da adopção do sistema de leis gerais e abstractas, a chefe do Executivo disse não ter em linha de conta a sua diferenciação, só solucionável, contudo, «com uma complementaridade entre os poderes local e regional». Acrescentou, ainda, que o desenvolvimento regional depende, porém, «de nós, do povo, devendo ser auxiliado pelos técnicos que, no seio do aparelho do Estado, têm obrigação de servir o povo».

Durante a sua estada em Arganil, Maria de Lurdes Pinta-

silgo referir-se-ia, ainda, à necessidade que o País tem em criar condições para que os emigrantes possam regressar («riqueza com que temos de contar») e promoveria, por outro lado, o desenvolvimento de esforços, por parte do seu Executivo, para que sejam estudadas as hipóteses de aumento de reformas. Salientou, porém, que, se as reformas mínimas sofressem um aumento proporcional ao do salário mínimo e do subsídio de desemprego «teríamos de inscrever mais dois milhões e 800 mil contos no orçamento de 1980».

A primeiro-ministro, que, ontem, em Arganil, se fez acompanhar dos ministros da Justiça e dos Transportes e Comunicações, Pedro Macedo e Monteiro da Silva, da sua secretária adjunta, Teresa Santa Clara Gomes, e do secretário de Estado da Estruturação Agrária, Domingos Gaspar (o ministro do Trabalho, Jorge Sá Borges, só se integrou na comitiva na visita à Figueira da Foz) inaugurou e visitou o novo edifício do Palácio da Justiça daquela vila serrana, após a reunião de trabalho na Câmara Municipal — no decorrer da qual Carlos Ribeiro, presidente daquela edilidade, apontaria alguns dos mais graves problemas com que o município se debate — e antes do almoço, na Quinta do Mosteiro, com que terminou a sua visita ao distrito de Coimbra.

Um programa político nacional autónomo

No sábado, a eng.ª Lurdes Pintasilgo visitou os concelhos de Soure e Figueira da Foz, onde, a despeito das condições climáticas, foi alvo das mais diversas manifestações de carinho e admiração de muitas centenas de populares (como, aliás, em Arganil) que, gritando palavras

de ordem, «vivas» ou tentando cumprimentá-la, manifestaram o seu apreço pela primeiro-ministro, a qual ouviu a exposição dos mais variados problemas das populações. Na rua ou nos locais que visitou, Lurdes Pintasilgo teve, como tem vindo a acontecer nas outras localidades que visitou, oportunidade de ouvir queixas e lamentos das populações que, ora reivindicando ora saudando-a, a acompanharam nesta digressão.

No decurso das suas intervenções e respostas, a chefe do Executivo defenderia, a dada altura, «um programa político nacional autónomo», afirmando que «cada país tem que ser fiel à sua identidade e tem que ser como tal». Acrescentaria, a este propósito, que está provado que «não serve de nada andar a copiar programas dos outros», e que é necessário desenvolver esforços para que em 1980 seja descoberto o nosso próprio programa.

Referindo-se aos problemas agrícolas da região do Baixo Mondego, disse que estes nada têm a ver com os das estruturas agrárias de latifúndio, pelo que as soluções a adoptar no Alentejo, por exemplo, são completamente diferentes daquelas que são necessárias para aquela região.

A garantia de que o Executivo irá estudar as formas de atenuar as dificuldades de aquisição de casa própria, através da diminuição das taxas de juro, apesar das dificuldades com que o Governo se defronta, foram, ainda, salientadas, pela primeiro-ministro, que, no decorrer das quatro semanas em que ainda exercerá as suas funções, irá tentar, segundo afirmou, resolver algumas questões pontuais e outras que mais afectam as populações e de menor dificuldade de resolução.